



Fenaban quer reduzir a PLR

A irresponsabilidade social dos bancos chega a um ponto intolerável. Como se não bastassem as demissões, o fechamento de agência e a cobrança de metas, agora querem reduzir a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) em até 48%, mesmo na pandemia.

A alegação é de redução na lucratividade, o que não é bem verdade. O balanço do BB, Bradesco, Itaú e Santander superou os R\$ 28 bilhões no primeiro semestre do ano. Isso em um cenário econômico em que, à exceção do sistema financeiro e do agronegócio, todos os outros setores, principalmente as pequenas e médias empresas, tiveram prejuízo.

Vale lembrar ainda que no início da crise sanitária, os bancos tiveram uma ajuda de mãe do governo Bolsonaro que liberou mais de R\$ 1 trilhão para o setor. Quer dizer, não tem como agora

reduzirem um direito conquistado em mesa de negociação e o Comando Nacional dos Bancários deu o recado durante a rodada de negociação desta terça-feira (18/08), recusando de cara a proposta indecente e avisou que não aceitará mudanças prejudiciais à categoria.

Nesta quinta-feira (20/08), acontece uma nova rodada. Até lá, os trabalhadores devem se mobilizar com força, porque somente a unidade é capaz de impedir os retrocessos.

Queda na PLR - Um levantamento preliminar feito pelo Dieese com base nos lucros do primeiro semestre revela que os bancários terão uma redução de cerca de 25% no benefício. Se aplicada a proposta que a Fenaban quer, de alterar as regras atuais da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), o valor a receber será pífio.

Mobilização virtual é fundamental

Para garantir a manutenção e conquistar novos direitos na Campanha Nacional dos Bancários 2020, a mobilização dos bancários e das bancárias é fundamental. As manifestações dos trabalhadores devem ser feitas de forma virtual, em decorrência do isolamento social por conta da pandemia de Covid-19.

Os categoria deve intensificar o uso das redes sociais com a mesma força dos atos presenciais, utilizando as hashtags criadas pelas entidades representativas para pressionar os bancos a atender às reivindicações.

Nos últimos 10 anos, com muita luta e organização, conquistamos vários direitos. A PLR (Participação nos Lucros e Resultados), Vales refeição e alimentação, licença-maternidade de 180 dias, Auxílio Creche-Baba, Folga assiduidade, aumentos reais de salários entre inúmeras outras conquistas.

Fique atento as hashtags e participe das manifestações virtuais nas redes sociais, a sua participação pode fazer a diferença!

Rejeição à privatização da CAIXA

A população está de olhos bem abertos para as investidas do governo Bolsonaro para a venda das empresas estatais. Consulta pública no portal e-Cidadania, do Senado Federal, mostra que 97% das pessoas são contra a Medida Provisória 995/2020, que permite o desmembramento e abertura de capital da Caixa.

A mobilização para que os

parlamentares votem contra a MP é forte. O manifesto contrário à privatização da Caixa, em defesa do trabalhador e do patrimônio nacional já conta com apoio de mais de 220 entidades.

Para votar na Consulta pública do Senado é só entrar no link: https://www12.senado.leg.br/e_cidada_nia/visualizacaomateria?id=143917

Hoje tem negociação com a CAIXA

A direção da empresa tenta mexer em um dos mais importantes direitos dos empregados, o Saúde Caixa, e isso é inadmissível. As mudanças podem tornar o plano inviável para milhares de usuários. Uma das alterações prevê aumento de 378% no desconto mensal do convênio médico, que sairá dos atuais R\$ 423,00 para R\$ 1.600,00 em quatro anos. O reajuste é resultado da aplicação das recomendações emitidas pelo governo federal por meio da CGPAR 23. Não é só isso. A empresa que impor ainda a cobrança por dependente. Confira o resultado da negociação no site do sindicato www.bancariosms.com.br

Venda casada no Itaú

O Itaú aumenta a pressão para que os funcionários façam venda casada, mesmo a prática sendo proibida pelo Código de Defesa do Consumidor. A forma de gestão prejudica clientes e bancários. Os representantes dos trabalhadores cobram uma mudança de postura por parte do banco em relação a cobrança abusiva por metas e também que as chefias sejam orientadas formalmente, de forma clara e objetiva, sobre operações irregulares. O bancário ou bancária que sofrer alguma pressão deve denunciar imediatamente ao Sindicato.

Salário mínimo digno

A crise agravou a situação da imensa maioria das famílias brasileiras. Enquanto Bolsonaro privilegia os bancos e os ricos, os pobres têm de se virar para sobreviver. Principalmente quem ganha salário mínimo, que não dá para nada. Os trabalhadores deveriam ter recebido um salário mínimo de R\$ 4.420,11 em julho para viver com dignidade e conseguir pagar todas as despesas com saúde, educação, vestuário, alimentação e lazer. O valor é 4,23 vezes maior do que o atual, de R\$ 1.045,00. O cálculo é feito pelo Dieese, mensalmente.